

Agenda de Estratégias para a Soberania e Desenvolvimento Estrutural do Brasil

SEMINÁRIO

Soberania, Inovação e Desafios Nacionais

 **Data:** 30/10

 **Horário:** 14h às 17h

 **Local:** Auditório da FESPSP

Rua General Jardim, 522
Vila Buarque, São Paulo

Inscreva-se aqui:

<https://bit.ly/gpceisggn3010>



MEDIAÇÃO

Luis Nassif
Jornalista
(GGN)



Antônio Lacerda
Professor da FEA-PUC/SP
(SOBERANIA PRODUTIVA)



Carlos Nobre
Pesquisador sênior/USP
(MEIO AMBIENTE)



César Callegari
Presidente do CNE/MEC
(EDUCAÇÃO)



MEDIAÇÃO

Carlos Gadelha
Coordenador do GPCEIS/
CEE-ENSP/Fiocruz
(POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO)



Gabriela Maretto
Coordenadora Cics/MGI
(COMPRAS PÚBLICAS)



Jandira Feghali
Deputada federal/PCdoB-RJ
(CULTURA)



Marcos Barbieri
Especialista
em Defesa/Unicamp
(DEFESA)

 **CEIS** Saúde & desenvolvimento sustentável

 **cee**

 **GGN**

 **PROJETO BRASIL**

Apoio:

 **FESPSP**

 **FIOCRUZ**

 **SUS 33ANOS**

 **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

 **GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Seminário "Inovação, Soberania e Desafios Nacionais"

30 de outubro de 2025

Propostas sistematizadas do Seminário "**Inovação, Soberania e Desafios Nacionais**", promovido pelo **Projeto Brasil** e pelo grupo de pesquisa **Desenvolvimento Sustentável, CT&I e Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GPCEIS)** do **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE-Fiocruz/Ministério da Saúde)**, em parceria com a **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)**

Índice

Introdução	3
Um Projeto Nacional de Desenvolvimento	4
I. Estratégias de Política Industrial e Inovação para a Soberania	5
1. Orientação por Desafios Nacionais e Estrutura Produtiva.....	5
2. Uso Estratégico do Poder de Compra do Estado.....	6
3. Indústria de Defesa e Autonomia Tecnológica.....	6
II. Estratégias de Desenvolvimento Sustentável e Ambiental	8
1. Transição Ecológica Justa.....	8
2. Desafios Transversais e Setoriais.....	8
III. Estratégias de Investimento em Educação	9
1. Reversão do Déficit Educacional.....	9
2. Reestruturação da Carreira e Formação Docente.....	9
IV. Estratégias de Soberania Tecnológica e de Defesa	10
1. Domínio Tecnológico que atenda o Trinômio da Defesa.....	10
2. Tecnologias e Ativos Críticos.....	10
3. Governança e Aquisição.....	11
V. Estratégias de Coordenação e Modelos de Financiamento	12
1. Capacidade Estatal e Multissetorial.....	12
2. Financiamento do Desenvolvimento.....	12
3. Desafios Macroeconômicos e Políticos.....	13
Conclusão	14

Introdução

O presente documento é fruto do Seminário **“Inovação, Soberania e Desafios Nacionais”**, promovido pelo **Projeto Brasil** e pelo grupo de pesquisa **Desenvolvimento Sustentável, CT&I e Complexo Econômico-Industrial da Saúde** (GPCEIS) do **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz** (CEE-Fiocruz/Ministério da Saúde), em parceria com a **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo** (FESPSP), realizado no dia 30 de outubro de 2025.

O encontro reuniu especialistas de diferentes áreas de setores estratégicos do país, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências-chave para pensar, de forma conjunta, novas **políticas de desenvolvimento produtivo e inovação**, visando soluções integradas para os desafios nacionais de crescimento, competitividade, bem-estar e sustentabilidade.

Ao todo, o seminário se propôs a englobar 7 eixos de discussão: **Políticas de Desenvolvimento, Educação, Soberania Produtiva, Compras Públicas, Cultura, Meio Ambiente e Defesa**.

Para tanto, participaram **Cesar Callegari**, consultor educacional, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC); **Carlos Nobre**, cientista ambiental, professor da USP/IEA e Copresidente do SPA (Painel Científico para a Amazônia); **Gabriela Maretto**, coordenadora da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (Cics) do MGI; **Marcos Barbieri**, professor da UNICAMP e especialista em Indústria Aeroespacial e de Defesa, e **Antonio Lacerda**; doutor em Economia, pesquisador do Departamento de Economia da PUC-SP.

A realização do evento foi do jornalista **Luís Nassif**, responsável pela mediação, e do economista **Carlos Gadelha**, coordenador do GPCEIS do CEE-Fiocruz e conselheiro do Projeto Brasil, que realizou a abertura do encontro.

Os especialistas promoveram os referidos diagnósticos e apontaram propostas concretas que este documento visa sistematizar, a ser entregue a instituições, gestores e representantes públicos e órgãos de fomento. O objetivo é que o debate transcenda o espaço do evento e possa alimentar agendas de políticas públicas para os próximos anos.

Um Projeto Nacional de Desenvolvimento

O desenvolvimento soberano do Brasil requer a implementação de **políticas públicas ousadas e inovadoras**, ancoradas em uma visão integrada que articule o econômico, a inovação, o social e o ambiental.

A nação encontra-se em uma conjuntura crítica, na qual a **mera repetição** de um modelo de desenvolvimento baseado em políticas compensatórias — que, embora necessárias, são fundamentalmente insuficientes — já não é um caminho viável. Para garantir um futuro próspero e equitativo, o Brasil precisa **ir além da mitigação de crises cíclicas e abraçar um projeto de transformação estrutural de longo prazo**.

Os participantes do **Seminário "Inovação, Soberania e Desafios Nacionais"** delinearam um conjunto de estratégias políticas e econômicas focadas na **mudança estrutural**, na soberania tecnológica e no uso estratégico da capacidade estatal.

Os expoentes destacaram a importância de políticas industriais e estruturais, como o **Complexo Econômico Industrial da Saúde**, o avanço na **soberania tecnológica e digital**, e a valorização da **biodiversidade** e da **educação** como pilares para um crescimento inclusivo e sustentável, ressaltando a constante necessidade de alocação de recursos e do **papel do Estado**.

Na convergência das diversas áreas — neste encontro representadas na Saúde, Educação, Meio Ambiente, Defesa, Macroeconomia e Políticas Públicas —, propõe-se um novo **Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil**, ancorado em 5 principais estratégias expostas a seguir, todas ancoradas às urgências das políticas sociais universais, de bem-estar e direitos sociais: **(I)** a Política Industrial e Inovação para a Soberania; **(II)** o Desenvolvimento Sustentável e Ambiental; **(III)** Investimentos em Educação; **(V)** a Soberania Digital e **(IV)** a Coordenação Estatal e Modelos de Financiamento.

Esta proposta delineia um novo modelo nacional de desenvolvimento concebido para as complexidades do século XXI. Sua tese central é que o crescimento sustentável e inclusivo só pode ser alcançado por meio de uma estrutura integrada, fundamentada no **tripé indivisível da Soberania, do Bem-estar e da Sustentabilidade**, redefinindo o desenvolvimento como um processo no qual

uma economia dinâmica e inovadora é motor para a solução dos maiores desafios nacionais.

I. Estratégias de Política Industrial e Inovação para a Soberania

Por muito tempo, as políticas públicas brasileiras estiveram presas em silos departamentais, onde ministérios e agências operam isoladamente. Essa abordagem fragmentada é incapaz de lidar com os problemas complexos e interconectados que nossa sociedade enfrenta. O foco deve ser a superação de um padrão assistencialista e a promoção de uma agenda estrutural.

1. Orientação por Desafios Nacionais e Estrutura Produtiva

- É essencial **alterar a matriz produtiva**, pois um país primário-exportador jamais será inclusivo ou sustentável.
- A produção nacional e a inovação devem ser **orientadas para desafios nacionais** (ex: tratar câncer, enfrentar a dengue, superar a COVID). Isso gera uma agenda que impulsiona o PIB e o emprego, mas que está vinculada às demandas da sociedade.
- **Identificação de Complexos Econômicos Críticos:** É preciso identificar grandes complexos econômicos, além da saúde, capazes de mudar o padrão de desenvolvimento.
- **Modelo do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS):** O CEIS é citado como o melhor modelo de política industrial já implementado. Este modelo inspira uma estratégia nacional ao:
 - Utilizar o **poder de compra do Estado** (neste caso, o SUS) para desenvolver produtos e inovações.
 - Articular instituições públicas de ciência e tecnologia (como o Instituto Butantã, a Fiocruz) com empresas privadas para a **transferência de tecnologia**.
 - Garantir que a tecnologia desenvolvida fique sob a **propriedade de laboratórios públicos**, licenciando-a a privados, para evitar a desnacionalização.

2. Uso Estratégico do Poder de Compra do Estado

◦ O mercado interno deve ser entendido como **parte do patrimônio nacional** (orientação já estabelecida como princípio constitucional) para gerar **autonomia tecnológica**.

◦ O **poder de compra do Estado**, que representa uma alavanca estratégica equivalente a aproximadamente 16% do PIB, é uma das ferramentas mais poderosas para **remodelar a estrutura produtiva nacional**. Instrumento transversal e estratégico, serve como o **elo entre os desafios nacionais** e as políticas de desenvolvimento.

◦ O Estado deve usar a **margem de preferência** para compras e o poder de compra em **projetos de infraestrutura** (como ocorre no PAC), garantindo o conteúdo nacional.

◦ As compras públicas devem ser transformadas de uma **função administrativa passiva** em um **instrumento político ativo** para impulsionar a demanda por inovação nacional, criar mercados estáveis para produtos sustentáveis e desenvolver a capacidade interna em consonância com as missões nacionais.

3. Indústria de Defesa e Autonomia Tecnológica

◦ Uma indústria de Defesa nacional robusta e tecnologicamente avançada está intrinsecamente ligada à soberania tecnológica. Os gastos militares buscam superioridade tecnológica e não dependem primariamente de viabilidade econômica.

◦ O sucesso histórico da Embraer fornece o modelo definitivo para converter a P&D liderada pelo Estado em uma campeã tecnológica globalmente competitiva. Sua gênese não foi meramente um projeto para construir aeronaves, mas uma visão estatal de longo prazo centrada na criação de capacidade endógena. A diretriz fundadora de seus criadores no CTA/ITA não foi "construam aviões para nós", mas sim "quero que vocês ensinem nossos engenheiros a projetar aviões". Essa distinção é a própria essência da autonomia tecnológica.

◦ Hoje, o Brasil enfrenta vulnerabilidades críticas, como a dependência de sistemas controlados por estrangeiros, como o Starlink, para comunicações militares essenciais. O Brasil precisa renovar sua estrutura de defesa, centrada na **tríade monitoramento, mobilidade e presença** em todo o vasto território brasileiro, e identificar as **tecnologias críticas** que deve dominar (ex: satélites, veículos lançadores, sistemas de comunicação tática).

◦ É necessário reestruturar a aquisição de equipamentos militares, separando a área operacional da aquisição e desenvolvimento de tecnologias críticas dentro do Ministério da Defesa, para garantir que as necessidades sejam supridas por **tecnologias sob domínio nacional**.

◦ **Empresas estratégicas** como a Embraer (que possui inserção ativa no mercado global de alta tecnologia) e a Avibras (fundamental nos setores de foguetes e espacial) precisam de demanda regular e apoio estrutural.

II. Estratégias de Desenvolvimento Sustentável e Ambiental

Hoje vista como um entrave ao crescimento, a **sustentabilidade** deve se transformar em uma das principais **frentes de expansão** para o crescimento. A chave é desenvolver uma "**sociobioeconomia**" robusta que alavanque o maior ativo estratégico do país: sua biodiversidade incomparável.

1. Transição Ecológica Justa

- É necessário integrar o **pensamento ambiental nas decisões de investimento**, não se limitando a políticas compensatórias.
- **Bioeconomia e Biodiversidade:** O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo. A estratégia deve envolver a criação de uma **sociobioeconomia** (economia de floresta em pé), dando escala aos produtos da biodiversidade e integrando o conhecimento científico nacional com o saber dos povos indígenas e comunidades locais.
- Reverter o modelo econômico atual, profundamente irracional: **os produtos derivados da rica biodiversidade brasileira representam apenas 0,4% do PIB**, enquanto a pecuária bovina — um dos principais fatores do desmatamento — responde por 6%.
- Aceleração da **Transição Energética**, focando em energias renováveis (como solar e eólica).
- O Brasil tem potencial para zerar as emissões líquidas até 2040, o que requer o fim total do desmatamento e uma transição rápida para a agricultura e pecuária regenerativa.

2. Desafios Transversais e Setoriais

- A sustentabilidade ambiental deve estar inserida no enfrentamento dos demais grandes desafios nacionais, que incluem a **reindustrialização** e a **transformação digital**, a infraestrutura/mobilidade/moradia, o bem-estar social (saúde, educação) e a segurança alimentar (garantindo que a população não passe fome, apesar da potência produtiva do país).

III. Estratégias de Investimento em Educação

A soberania e o desenvolvimento dependem de uma base educacional absolutamente sólida. Historicamente, a negação ao sistema educacional universal e de alta qualidade é o principal mecanismo de controle social e manutenção de desigualdades. A característica estrutural precisa ser estrategicamente desmantelada. Os dados do país revelam que a crise educacional do Brasil é uma emergência nacional e constitui não apenas um problema social, mas uma ameaça direta a essa soberania.

1. Reversão do Déficit Educacional

- O país deve saldar o enorme estoque de dívidas educacionais e sociais acumuladas: 40% das crianças são analfabetas ao final do terceiro ano do ensino fundamental; 82% dos alunos concluem o ensino fundamental sem o conhecimento mínimo exigido; apenas 7% dos alunos que concluem o ensino médio atingem o nível mínimo de proficiência em português e matemática.
- É crucial preparar uma geração para enfrentar os desafios geopolíticos, climáticos e tecnológicos do século XXI.

2. Reestruturação da Carreira e Formação Docente

- Reverter essa crise exige focar no elemento mais crítico do sistema educacional: **formar uma nova geração de professores**. Isto envolve:
 - Formação inovadora e rigorosa: Estabelecer programas de formação de professores em **tempo integral, com duração de quatro anos**, currículos modernos, relevantes e baseados em evidências, capazes de preparar educadores para os desafios modernos, como a inteligência artificial e a cultura digital.
 - Estrutura de carreira atrativa: Substituir o atual sistema de contratos precários e temporários por uma trajetória de carreira nacional estável e bem estruturada, que ofereça crescimento profissional e reconhecimento, com **remuneração inicial competitiva**.

IV. Estratégias de Soberania Tecnológica e de Defesa

Conforme exposto nos desafios da Indústria de Defesa e Autonomia Tecnológica (*Capítulo I. 3.*), as estratégias para promover a Soberania Tecnológica e de Defesa são pontos-chave para a autonomia estratégica do país.

1. Domínio Tecnológico que atenda o Trinômio da Defesa

◦ **Trinômio de Defesa:** O país precisa renovar a Estratégia Nacional de Defesa de 2008, que definiu uma estrutura baseada no trinômio **monitoramento, mobilidade e presença** (*abaixo*), de forma a identificar as tecnologias críticas que deve dominar.

▪ **Monitoramento:** Necessidade de monitorar todo o país de forma eficiente.

▪ **Mobilidade:** Capacidade de mobilidade das forças necessárias.

▪ **Presença:** Garantia de presença nos pontos que se fizerem necessários.

◦ **Necessidade de Domínio Tecnológico:** A supremacia militar e econômica baseia-se na supremacia tecnológica. O Brasil precisa definir a **estrutura de Defesa** que necessita e qual o **nível de domínio tecnológico** será buscado em áreas críticas (*Item 2 abaixo*).

◦ **Reorganização da Indústria:** É fundamental a **reorganização da Indústria Nacional de Material de Defesa (INMD)** para garantir que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas se apoie em **tecnologias sob domínio nacional**.

2. Tecnologias e Ativos Críticos

O Brasil precisa ter o **domínio de tecnologias críticas** para evitar a dependência externa:

◦ **Satélites e Veículos Lançadores:** É crucial ter controle sobre os satélites e os veículos lançadores.

◦ **Comunicação:** O sistema de comunicação tática (como o Link 2BR, atualmente desenvolvido por subsidiária de empresa israelense) não deve ficar nas mãos de empresas estrangeiras.

◦ **Avibras:** Empresas estratégicas como a **Avibras** (na área de foguetes, mísseis e setor espacial), que enfrenta dificuldades por falta de demanda regular, devem ser preservadas. A **estatização** é considerada a única alternativa atualmente, devendo ser acompanhada de um plano de longo prazo e **encomendas regulares**.

◦ **Embraer:** A Embraer, apesar de ser a **maior empresa de Defesa do Hemisfério Sul**, é também um exemplo de política pública de sucesso. A área militar, embora represente menos de 15% do seu faturamento, é crucial, pois permite ao governo investir recursos no desenvolvimento de aeronaves militares sem ser barrado por órgãos como a OMC.

3. Governança e Aquisição

A capacidade de aquisição e desenvolvimento tecnológico deve ser reestruturada:

◦ **Separação Operacional:** A aquisição de equipamentos militares e o desenvolvimento de tecnologias críticas deve ser **segmentada da área operacional** das Forças Armadas, em setor separado no Ministério da Defesa.

◦ **Unificação e Coordenação:** A área de **Compras Públicas para a Defesa** deve ser mais unificada dentro do Ministério da Defesa, separada da área operacional, e articulada com os Ministérios da Indústria e Comércio, e da Ciência e Tecnologia.

◦ **Financiamento:** Os recursos brasileiros para Defesa são escassos (o gasto atual é de 1,1% do PIB, contra uma média mundial de 2,2% a 2,3%). O recurso deve ser a última parte a ser discutida, após a definição clara da estrutura e do domínio tecnológico a ser alcançado

V. Estratégias de Coordenação e Modelos de Financiamento

Este plano não concebe o Estado como um substituto do mercado, mas sim como um coordenador e parceiro estratégico. O papel do Estado é definir missões nacionais claras, utilizar seus instrumentos políticos para induzir e atrair investimentos privados e fomentar uma relação virtuosa e não predatória com o setor privado. Ao definir a direção e compartilhar os riscos, o Estado pode liberar o dinamismo da iniciativa privada para alcançar metas nacionais ambiciosas, que o mercado privado sozinho muitas vezes não está disposto a fornecer.

1. Capacidade Estatal e Multissetorial

- É necessária uma nova geração de políticas públicas e um **Estado comprometido com desafios nacionais**. A implementação de políticas estruturantes exige a ampliação dessas capacidades estatais.

- Missões complexas não podem ser gerenciadas de forma isolada por um único Ministério. O Brasil precisa criar estruturas de governança integradas que **reúnam todos os atores estatais e não estatais relevantes**. As políticas devem ser **articuladas e multissetoriais**, a exemplo do financiamento BNDES/FINEP articulado com o poder de compra do SUS.

2. Financiamento do Desenvolvimento

- O papel do investimento público é **complementar e indutor**. Bancos públicos devem financiar a inovação, a transição ecológica e a digitalização.

- Os bancos de desenvolvimento (como o BNDES) devem atuar na **estruturação de projetos para viabilizar os investimentos**, atraindo o setor privado (que pode complementar os recursos, como em 80% do investimento previsto no PAC).

3. Desafios Macroeconômicos e Políticos

◦ A trajetória do país é dificultada por um modelo de política monetária e fiscal focado no **livre fluxo de capitais improdutivos** e pelo regime de metas de inflação, que monopoliza a política macroeconômica em torno da taxa de juros.

◦ Os recursos para o desenvolvimento esbarram no **Congresso Nacional**. A articulação do Congresso para as estratégias e objetivos que o país precisa alcançar para o desenvolvimento devem estar na agenda do governo.

Conclusão

Os expoentes apresentaram a discussão de um novo **Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil**, ancorado em alguns dos eixos estratégicos do país, em uma agenda orientada para a **transformação estrutural** e que articule, de forma sistêmica e integrada, as dimensões econômica, de inovação, social e ambiental.

O coletivo de medidas deve ser um projeto que coloque **a sociedade no centro da formulação** e da implementação de políticas públicas, tendo como objetivo primordial o bem-estar, a soberania e a sustentabilidade ambiental.

As propostas fundamentam-se em uma visão original de desenvolvimento, inspirada em pensadores como **Celso Furtado**, que concebe a estrutura econômica como um meio para satisfazer as necessidades humanas, e **Maria da Conceição Tavares**, que questiona a lógica da centralidade do PIB nas tomadas político-econômicas.

Nesta linha, é imperativo superar o padrão assistencialista de intervenção, trocando a repetição do modelo de desenvolvimento por uma **mudança estrutural**, de modo a não apenas compensar problemas (como a degradação ambiental), mas transformá-los.

Ainda, retornaram aos pilares concebidos pela Constituição Federal, que coloca o **mercado interno como parte do patrimônio nacional** (Art. 219), estabelece o **direito ao desenvolvimento científico e tecnológico** (Art. 218), impõe o **dever** do poder público e da coletividade de **defender o meio ambiente** (Art. 225) e **garante direitos sociais fundamentais** (Art. 6).

Para tanto, traçam o **uso estratégico do Estado**, o **domínio de tecnologias críticas**, a **preservação de ativos nacionais**, e **frentes de expansão social e ecológica**, entre os quais a educação como base da soberania e a transição ecológica.

No Desafio Macroeconômico, o atual modelo de Regime de Metas é criticado por monopolizar a política econômica na taxa de juros, **limitando a capacidade de investimento** e sendo tensionado pela necessidade de garantir o livre fluxo de capitais improdutivos.

Por fim, os expoentes se alinham na defesa de que para construir um projeto nacional, é fundamental construir uma **consciência nacional** que mobilize o país e valorize o futuro em detrimento do impacto de curto prazo.